

A LIBRAS COMO MEDIADORA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR EM CAMPO GRANDE/ MS

Cleunice Cabral de Oliveira – Anhanguera I (cleu_cabral@hotmail.com)
Mônica Costa da Silva – Anhanguera I (monica_leticia2009@hotmail.com)

Eixo: Aromas na relação entre instituição educativa, família e comunidade
Categoria: Comunicação Oral

RESUMO

Neste artigo busca-se compreender como o processo de escolarização inclusiva ocorre nos dias atuais e como a Libras pode colaborar com os alunos surdos em escola de Ensino Regular da rede Municipal de Campo Grande MS. Entende-se a importância do trabalho integrado entre a comunidade educativa e pais na busca de um aprendizado significativo, no processo de inclusão do aluno em seu meio escolar. O artigo caracteriza-se por uma pesquisa de campo e teve como instrumento de pesquisa a entrevista estruturada realizada com intérpretes do 7º e 9º ano do Ensino Fundamental, professores e gestores escolares. O método é de cunho qualitativo e a análise dos dados foi realizada por meio de questionários com perguntas direcionadas aos professores, intérpretes e gestores, com o objetivo de investigar sucessos e dificuldades encontradas durante o processo de inclusão. De acordo com os relatos foi possível perceber que há pouco interesse dos professores das disciplinas escolares em aprender libras, apesar do curso ser oferecido a equipe docente pela Secretaria de Educação, não há intervenções pedagógicas aos professores regentes para a realização de um trabalho pedagógico adequado à realidade do aluno. Os cursos oferecidos aos intérpretes não suprem suas dificuldades em adaptar as atividades pedagógicas nas diversas disciplinas que são apresentadas no currículo escolar. O estudo proporciona a busca de respostas e a certeza que o professor, assim como toda a comunidade educativa necessita de estudo constante para a prática pedagógica efetiva; pois todos têm direito a uma educação de qualidade com os amparos que cada indivíduo precisa para aprender.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Surdo; Libras.

INTRODUÇÃO

A necessidade de comunicar-se é algo que passa a ser tema de diversas discussões ao longo dos anos. O ser humano, tido como um ser social presenciou e articulou várias mudanças no ambiente onde vive; e isso fez com que se adequasse as exigências da época.

Com o passar dos anos as relações sociais passaram a ser estabelecidas e mantidas por eventos culturais, políticos e organizacionais que englobam técnicas, métodos e instrumentos cada vez mais modernos e dinâmicos. Todavia, tais eventos são oriundos da convivência humana e da necessidade, cada vez maior, de integrar e incluir os indivíduos num cenário

social que se modifica constantemente e que exige deles uma capacidade de lidar com estes eventos.

Sendo a comunicação o fator fundamental para a espécie humana, nesse sentido a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais passa a ser a língua mais apropriada para a comunicação entre alunos surdos e ouvintes, contribuindo significativamente para que a aprendizagem se estabeleça e se aprofunde ao longo do processo de escolarização dos referidos alunos.

Um ponto a ser considerado é o ambiente onde se pretende que esta comunicação ocorra. Logo, leva-se em conta, nesta obra, a escola. Ou seja, o local onde o indivíduo surdo recebe todas as informações necessárias para tal.

Com isso, a escola passa a desenvolver ações pedagógicas a favor do desenvolvimento de conceitos, de linguagens e de regras de convivência. Estas ações devem pautar-se em procedimentos metodológicos que vão ao encontro das possibilidades e limitações de cada aluno.

Para a elaboração do tema proposto, a libras, como mediadora no processo de inclusão do aluno surdo no Ensino Regular de Campo Grande /MS, buscando por melhores formas de compreender que o processo educacional desses alunos seja visto como algo significativo e capaz de colaborar com sua formação escolar e cidadã optou-se pelo método de pesquisa qualitativa, realizado através de análises de obras de autores renomados tais como: Fávero(2007), Lodi (2004), Luck (2009), entre outros e a realidade encontrada através da entrevista.

Para tanto, elencaram-se dados e informações pertinentes a tal ato e, orientado pelas informações obtidas por meio da análise documental exploraram-se as possibilidades no uso da libras como parte fundamental para o processo de escolarização destes alunos.

A entrevista foi elaborada para intérpretes, professor e diretor (a) de duas instituições de ensino da Rede Municipal, sendo 4 perguntas aos intérpretes e professor e 3 perguntas aos gestores. As escolas estão localizadas em bairros diferentes tendo em comum a rede de educação, a primeira encontra-se na periferia sentido leste da cidade e a segunda sentido sul.

Para o estudo foi realizado um esclarecimento sobre o objetivo da entrevista e o procedimento a ser feito através de diferentes perguntas impressas distribuídas aos entrevistados sendo dois intérpretes, um professor e um gestor, lhes proporcionando tempo suficiente de sete dias para as respostas.

Portanto, neste trabalho discorreremos sobre essas respostas com olhar atento tanto para a inclusão social no ambiente escolar como também para com o trabalho pedagógico a ser realizado pelos professores garantindo a efetiva inclusão nas escolas de Ensino Regular.

1. A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR

A necessidade de inovar o processo de ensino e aprendizagem está cada vez mais evidente. Embora exista a possibilidade da quebra de paradigmas, a preocupação que é gerada por medo de se obter resultados insatisfatórios, faz com que os planos e as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da educação e em constantes discussões, deixem de serem apenas projetos almejados, sem a obtenção de êxito.

Diferentemente das demais atividades da vida humana, a educação necessita acompanhar a evolução da sociedade; para que as mudanças sociais, políticas e educacionais oriundas da era da Globalização não deixem de ser contextualizadas com o ato educacional.

O termo **globalização** designa um fenómeno de abertura das economias e das respectivas fronteiras em resultado do acentuado crescimento das trocas internacionais de mercadorias, da intensificação dos movimentos de capitais, da circulação de pessoas, do conhecimento e da informação, proporcionados quer pelo desenvolvimento dos transportes e das comunicações, quer pela crescente abertura das fronteiras ao comércio internacional. Apesar de ser geralmente apresentado como um conceito, sobretudo económico, o fenómeno da globalização vai muito além desta dimensão, incluindo também a aproximação e mesmo integração global ao nível cultural, social e político, formando aquilo a quem vem sendo chamado por aldeia global. Apesar do fenómeno da globalização se ter intensificado fortemente ao longo das duas últimas décadas, ele não totalmente novo. Na verdade, a globalização foi iniciada no séc. XIV com os descobrimentos portugueses, período em que as trocas comerciais adquiriram uma dimensão mundial. Ao longo dos séculos seguintes, a globalização foi-se intensificando motivada pelo acentuar das trocas comerciais entre os países europeus e as suas colónias espalhadas por todo o mundo e acentuada pelo movimento de liberalismo económico surgidos ao longo do séc. XIX. (NUNES, 2008, s.n.). (grifo do autor).

Reforça-se, que a educação é uma das prioridades da sociedade brasileira. Contudo, por ser uma prioridade, esta deve ser integradora, significativa e de qualidade; isso porque, ela tem como parte de sua função social, minimizar os problemas que a rodeiam e formar cidadãos.

Todavia, vale-se do direito fundamental à Educação para todos, que é assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 6º, Capítulo II, p.20. “São direitos sociais a

educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição”.

E reforça no Art. 205, Capítulo III, p.134: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Logo, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade a educação.

Logo, por ser um direito de todos, a educação deve ser concedida a qualquer indivíduo fazendo valer suas potencialidades, limitações e expectativas. Tais indivíduos podem, então, ser de qualquer raça, cor ou etnia, ou seja, brancos, negros, evangélicos, orientais, deficientes etc.

Vale lembrar que a sociedade atual, é composta por sujeitos de diversas idades, classes sociais e com diferentes pontos de vista. Neste mesmo grupo caracterizado por particularidades, singularidades e dificuldades, encontram-se, também, os deficientes. Uma instituição educacional que atende e busca educar alunos deficientes deve desenvolver uma educação voltada à valorização de cada sujeito em processo de escolarização. Logo, trata-se de uma Educação Inclusiva com foco na diversidade social e cultural. Educação esta, que deve ser moderna, dinâmica e flexível.

Quando se faz referência à inclusão no âmbito educacional, faz-se referência também aos documentos que têm dado sustentação a ela: A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), a Declaração Universal dos Direitos da Infância (1959) e a Declaração de Salamanca (1994), no âmbito internacional e, no âmbito nacional: a Constituição Nacional (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), o Plano Nacional de Educação (2001) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001). Além desses, diversos decretos e leis regem os direitos de pessoas com necessidades especiais e remetem, mais ou menos diretamente, à inclusão. (LAPLANE in: LODI et al. 2004).

Esta educação deve caracterizar-se dessa forma por ser destinada a um grupo de alunos em situação educacional diferente das dos outros alunos ditos “normais”. Neste sentido, tal educação deve pautar-se numa metodologia de ensino associada às percepções e aptidões dos alunos em questão. “A educação não é privilégio; portanto, deve ser acessível a todos”. (TEIXEIRA apud SOUZA, 2009, p.12).

Entretanto, Souza (2009, p.12), esclarece que:

Não adianta a educação ser acessível a todos, se as instituições não são capazes de promover um ensino básico de qualidade, e que realmente proporcione um crescimento físico, mental e social dos alunos. A situação atual indica que esforços diferenciados e conjuntos são necessários.

Posto isto, para ser acessível, a educação ali ofertada deve apoiar-se num trabalho em conjunto que envolve a escola, a sociedade local e a família. Neste ponto, estes trabalhos devem demonstrar atenção, integração e experiências motivadoras.

A escola é uma organização instituída pela sociedade para realizar o objetivo de promover a formação e a aprendizagem dos seus alunos, de modo que sejam preparados para agir e enfrentar os desafios das várias dimensões da vida _como a pessoal, no mundo do trabalho e na sociedade_, com segurança e competência. (LUCK, 2009, p.13).

Para tanto, cabe à escola possibilitar a todos os alunos o conhecimento do mundo que o cerca e enxergarem-se como parte deste mundo. Logo, possibilitando tal conhecimento, a escola estará desenvolvendo concomitantemente ao contexto social, o desenvolvimento das competências cognitivas e psicossociais.

Representando um avanço em relação ao movimento de integração escolar, que pressupunha o ajustamento da pessoa com deficiência para sua participação no processo educativo nas escolas comuns, a inclusão postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada. (Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 1996, p. 40).

No tocante a educação inclusiva importa-se, particularmente, com os alunos surdos. Ao incluir alunos com tais diagnósticos em salas de aula comuns, a escola, a equipe pedagógica e o corpo docente devem empenhar-se num processo educacional pautado em métodos, materiais e ambientes socializadores, estimulantes e inovados. “A difusão do uso do termo “inclusão” no âmbito da Educação tem como pano de fundo o debate sobre a globalização e, especialmente, aquelas visões que a caracterizam como um processo que gera desigualdade, isto é, bolsões de inclusão e exclusão social”. (BAUNANN, 1996, p.26). (grifo nosso).

A inclusão não implica no desenvolvimento de um ensino individualizado para alunos que apresentam déficits intelectuais, problemas de aprendizagem e outros relacionados ao desempenho escolar. Na visão inclusiva, não se segregam os atendimentos escolares, seja dentro ou fora das salas de aula e, portanto, nenhum aluno é encaminhado a salas de reforço ou deverá aprender a partir de currículos adaptados para suas necessidades, segundo a decisão do professor ou do especialista. (FÁVERO et al, 2007, p.48/49).

Todavia, aliado ao processo educacional inclusivo está o processo de ensino e aprendizagem baseado na aquisição das linguagens oral e escrita. No entanto, tal processo, torna-se mais delicado ao considerar o Surdo. “A escola deveria ser uma fonte importante de conhecimento para as crianças surdas, de pais ouvintes, mas ainda são poucas as que adotam a língua de sinais na educação de seus alunos”. (KARNOPP e PEREIRA, in: LODI et al. 2007, p.25).

A escola é, porém, a instituição privilegiada de constituição dos saberes escriturais, das diversas formas sociais escriturais que se realizam nos múltiplos campos das práticas sociais. Mas assumir esta posição implica, antes de tudo, conscientizar-se de que, o que se constrói pela escritura “é toda uma relação com a linguagem e com o mundo”. (LAHIRE apud LODI et al, 2004, p.24).

Para que a escola cumpra seu papel social e promova o desenvolvimento das linguagens oral e escrita dos alunos surdos, há a necessidade de desenvolver metodologias de ensino que aumentem as possibilidades educacionais dos mesmos. Neste sentido, a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais representa uma gama de possibilidades de fazer valer o direito primordial a Educação.

Para Pereira (2000, p.95).

A língua de sinais preenche as mesmas funções que a linguagem falada tem para os ouvintes. Como ocorre com as crianças ouvintes, espera-se que a língua de sinais seja adquirida na interação com usuários fluentes da mesma, os quais, envolvendo as crianças surdas em práticas discursivas e interpretando os enunciados produzidos por elas, insiram-se no funcionamento dessa língua.

Neste ponto, importa-se com o fato primário de o aluno surdo ser escolarizado numa pedagogia bilíngue, onde este receba da comunidade escolar todo o aparato necessário para que desenvolva tanto a língua portuguesa escrita quanto a Língua Brasileira de Sinais. “Contudo, é preciso considerar que essa condição bilíngue tem peculiaridades em função da experiência cotidiana com práticas bimodais, em que os enunciados consistem de uma composição mista, a partir das duas línguas”. (GÓES, 1996, p.11).

Ao desenvolver uma pedagogia com tal perspectiva (bilinguismo) o processo de ensino e aprendizagem passa a ser mais significativo e inclusivo.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Por meio do trabalho investigativo, realizou-se método de pesquisa bibliográfica exploratória, realizado com intérpretes, professor e gestor evidenciando a importância da interação entre os profissionais da educação envolvidos em todo o processo escolar.

De acordo com Bello (2004) pesquisa é o mesmo que busca ou procura. Pesquisar, portanto, é buscar ou procurar resposta para alguma coisa. Em se tratando de Ciência (produção de conhecimento) a pesquisa é a busca de solução a um problema que alguém queira saber a resposta. Não gosto de dizer que se faz ciência, mas que se produz ciência através de uma pesquisa. Pesquisa é, portanto o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento. É na pesquisa que utilizaremos diferentes instrumentos para se chegar a uma resposta mais precisa.

Participaram da pesquisa 04 sujeitos sendo 02 intérpretes, 01 gestor e 01 professor regente que colaboraram com todo o processo da pesquisa. Iniciou-se com a aceitação dos profissionais citados e a realização da pesquisa científica conforme regras estabelecidas.

Os intérpretes se dizem envolvidos no processo de inclusão do aluno surdo em turmas de Ensino Regular, pois acreditam que a criança desde pequena vai à escola especial para aprender libras tornando possível o uso da língua de sinais da comunidade de surdos, preservando sua identidade cultural e favorecendo o acesso a conhecimentos nas áreas curriculares. experimentar o convívio com os demais surdos também inseridos na escola de Ensino Regular.

Os intérpretes atuam nesta área de 04 anos a 06 anos, com qualificação em libras realizada por meio de módulos básico e intermediário do curso de libras, com graduação em letras, português/inglês, participam de formações oferecidas pela Secretaria de Educação do município. Uma das intérpretes possui pós-graduação em Educação Especial e Diversidade e cursos em diferentes centros de apoio ao surdo.

Durante os depoimentos verifica-se a necessidade de maior apoio pedagógico quanto às estratégias a serem utilizadas para atingir os objetivos desejados em cada aula, para a aquisição de conhecimento, como também a aquisição da libras para todos os envolvidos no processo educativo.

O professor regente acredita na importância do processo de inclusão para a autoestima do aluno surdo, entretanto observa um certo grau de preconceito dos alunos ouvintes para com estes e até mesmo com a intérprete. Fator este que tem sido trabalhado durante o cotidiano escolar. Nos planejamentos pedagógicos procura o auxílio da intérprete na utilização de recursos adequados no ato de ensinar, não percebemos então a necessidade deste profissional em adequar-se a esta realidade educacional, ou seja, a aquisição de libras.

Tal fato evidenciou-se no depoimento quanto às dificuldades para ensinar o aluno surdo. O professor afirma ser impossível ensinar sem a presença do intérprete, pois há conceitos muito abstratos e complexos que requerem maior entendimento. A questão a cerca das potencialidades que o aluno surdo apresenta o professor observa que este é extremamente atento em tudo que ocorre à sua volta, exemplificando: "No momento da chamada para falta dos alunos, ela fica aguardando o próximo aluno se pronunciar para que possa demonstrar presença".

Quanto ao gestor, há uma preocupação e cuidado quanto ao espaço para que os professores e o intérprete possam realizar as trocas de experiências durante as reuniões pedagógicas, além do planejamento e o encaminhamento às qualificações necessárias para o sucesso do trabalho pedagógico. Para eles, o mais agravante nesta inclusão se refere ao entendimento do aluno em perceber a importância em estudar concomitantemente duas línguas: a de sinais e a língua portuguesa. Afirma que a língua do aluno surdo é a de sinais e ele dificilmente consegue escrever com o português desejado.

De acordo com Pereira(2000), a maior parte das crianças surdas, no entanto, tem pais ouvintes, que não sabem a língua de sinais e usam a língua majoritária na modalidade oral para interagir com elas. Consequentemente, embora cheguem à escola com alguma linguagem adquirida na interação com os pais ouvintes, não apresentam nenhuma língua constituída.

A participação dos pais também é um desafio para a escola, pois apesar de haver a participação dos mesmos nas reuniões escolares, necessita-se de um acompanhamento no processo de aprendizagem dos seus filhos.

Logo, verifica-se que o ato pedagógico inclusivo ocorre de forma gradual, necessitando a clareza de objetivos para a realização de um trabalho integrado possibilitando assim uma educação de qualidade. É importante que o aluno surdo, assim como o aluno ouvinte seja tratado individualmente, atendendo suas necessidades e desenvolvendo suas potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dessa pesquisa possibilitou compreender como o processo de escolarização inclusiva ocorre nos dias atuais e como a libras pode colaborar no aprendizado dos alunos surdos. Considerando os princípios de políticas educacionais que promovem e

asseguram ao aluno surdo participar e aprender em condições iguais aos demais alunos, porém não da mesma forma.

Por meio dos estudos teóricos e investigativos foi possível perceber que nem sempre a teoria e a prática caminham na mesma direção.

A partir das entrevistas surgiram reflexões pertinentes à prática pedagógica, na inserção do aluno surdo em salas de aula do Ensino Regular ressaltando que a importância depende do conhecimento que ele tem de sua própria linguagem que é adquirida na escola especial, pois só assim é possível fazer a inclusão deste lhe permitindo um ensino de qualidade como os demais. Para que isso ocorra é necessário o entendimento dos pais, intérpretes, professores e gestores de uma instituição de ensino e o trabalho integrado dos mesmos.

Conforme a entrevista feita com os intérpretes estes tem conhecimento de seu papel em sala de aula, porém os professores ainda esquecem que o aluno surdo tem suas especificidades em aprender e que não deve ser exigido destes as mesmas condições de escrita e compreensão textual que os outros alunos.

Mesmo sendo oferecido pela Secretaria de Educação cursos gratuitos aos professores para a interação com o aluno surdo, há a urgência que estes se envolvam se apropriando desta linguagem tendo em vista que não é dever somente do intérprete. Professor e intérprete podem e devem realizar o planejamento pedagógico na elaboração dos conteúdos de aprendizagem e conseqüentemente na interação com os demais sujeitos da escola.

Os gestores entendem este processo de inclusão na sala de aula, tem ciência das dificuldades encontradas e procuram incentivar o corpo docente, inclusive equipe pedagógica, assim como observar à equipe docente, durante todo o processo de aprendizagem, que a linguagem escrita do aluno surdo se diferencia do aluno ouvinte.

A família, como qualquer outra, precisa se envolver mais durante o processo escolar de seus filhos, mas observa-se que por questão social poucos são os que se apropriam desta ideia.

Os resultados desta pesquisa representam reflexões e discussões a cerca da educação inclusiva do aluno surdo na sala de aula do Ensino Regular e que para este estar inserido juntamente com os demais alunos é necessário o conhecimento e aprendizado de sua língua, a LIBRAS ,primeiramente na escola especial do 1º ao 5º ano, para depois ser inserido na escola de Ensino Regular, o qual tendo um intérprete se desenvolve como os demais alunos. Sem este conhecimento, da LIBRAS, o aluno mesmo com a ajuda do intérprete não compreenderá a linguagem de seu meio social.

Refletir sobre o processo de inclusão do aluno surdo no Ensino Regular é imprescindível e fundamental, porque educação de qualidade e igualitária só é possível a medida que os diversos organismos sociais e o corpo docente, discutem, analisam, propõem e executam ações concretas capazes de modificar mentalidades e promover a cidadania.

Considerando as respostas dos intérpretes, professor e gestor e os parâmetros legais que regem a educação do país, entre estes a LDB (9934/96) o Sistema Municipal de Ensino precisa rever sua estrutura organizacional quanto o papel do professor e intérprete para a oferta do ensino inclusivo e de qualidade ao aluno surdo, ter conhecimento de como é a libras para aceitação deste na escola.

As escolas tem um grande desafio nesta prática inserindo libras no ambiente escolar, já que a educação passa por constantes mudanças e necessita de urgentes adaptações. Como educadores precisamos ter um olhar diferenciado, ser acessíveis aos novos conhecimentos e ter o compromisso com esta proposta de inserção.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, R. (Orgs.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro. SOBEET. Ed. Campos. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal. Brasília. 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. 1996.

FÁVERO, E. A. G. PANTOJA, L. de M. P. MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado**. Aspectos legais e orientações pedagógicas. SEESP/SEED/MEC. Brasília. 2007.

GÓES, M. C. R. de. **Linguagem, surdez e educação**. Ed. Autores Associados. São Paulo. 1996.

GÓES, M. C. R. de. **Linguagem, surdez e educação**. Ed. Autores Associados. São Paulo. 1996.

LODI, A. C. B. HEARRISON, K. M. P. CAMPOS, S. R. L. de. (Orgs.). **Leitura e escrita no contexto da diversidade**. Ed. Mediação. Porto Alegre. 2004.

LUCK, H. **Avaliação institucional como compromisso com a aprendizagem**. Revista Gestão em Rede. CONSED. Brasília. 2009.

NUNES, P. **Conceito de Globalização.** Disponível em <http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/globalizacao.htm> acesso em 28 de outubro de 2013.

PEREIRA, M. C. C. Aquisição da língua portuguesa por aprendizes surdos. In: **Seminário Desafios para o próximo milênio.** INES. Divisão de estudos e pesquisas. Rio de Janeiro. 2000.

SOARES, M. A. L. **A educação do surdo no Brasil.** EDSF. Ed. Autores Associados. São Paulo. 1999.

SOUZA, S. M. **Compreendendo a crise educacional brasileira.** Algumas reflexões Revista Gestão em rede. CONSED. Brasília. 2009.